



POLÍTICA CURRICULAR PARA EJA NO MUNICÍPIO DE CAIRU: ALGUMAS REFLEXÕES

Caroline Silva Oliveira¹; Graça dos Santos Costa²

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Grupo de pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Interculturalidade - GREDHI. E-mail: caoliveira22@hotmail.com

²Prof.^a Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Grupo de pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Interculturalidade - GREDHI. E-mail: gracacosta@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 3: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos-EJA é historicamente reconhecida como um terreno de luta, resistência e disputa política, no entanto, apesar dos avanços normativos e dos esforços empreendidos em nível nacional, a modalidade ainda enfrenta inúmeros desafios para sua efetiva consolidação nos municípios.

O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos do Mestrado Profissional da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, intitulado Política curricular para Educação de Jovens e Adultos no Município de Cairu: demandas, desafios e proposições, que foi impulsionada pela seguinte questão problema: Quais as demandas, os desafios e possibilidades para implantação da Políticas Curricular Públicas da EJA no município de Cairu-BA?

O estudo busca analisar as demandas, desafios e proposições para a construção e implementação de uma política curricular voltada à EJA no citado município da Bahia. A escolha do tema está relacionada à necessidade de compreender como as políticas educacionais voltadas à EJA se concretizam no cotidiano das redes municipais e de que forma podem ser ressignificadas à luz das especificidades socioculturais, territoriais e econômicas do território cairuense.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, apoiada em procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa permite maior aproximação entre pesquisador e realidade, valorizando as interpretações e os significados construídos pelos participantes. Para tanto, estão previstos, como instrumentos de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação de práticas pedagógicas, buscando, de forma colaborativa, delinear diretrizes curriculares que expressem a educação como direito humano e como prática emancipadora.

A primeira fase da pesquisa consiste na revisão documental, tendo em vista as orientações para a EJA em Cairu, pautando-se em documentos normativos nacionais, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, o Parecer da Câmara de Educação Básica – CEB nº 11/2000, Resolução CNE/CEB nº 03/2010, Resolução CNE/CEB nº 01/2021, Resolução CNE/CEB nº 03/2025 e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, bem como de



documentos municipais, a saber: Proposta Pedagógica para Educação de Jovens e Adultos, Plano Municipal de Educação e Lei nº 418/2015.

A fundamentação teórica apoia-se em Freire (1987; 2000), Arroyo (2006), Moreira (2001), Tanure (2018), Costa (2022) e Haddad e Di Pierro (2000), autores que ajudam a compreender o currículo como prática social, cultural e política. Freire (1987) destaca a dimensão libertadora da educação, compreendendo o ato pedagógico como prática ética e política voltada à autonomia dos sujeitos. Arroyo (2006) reafirma a EJA como campo de direito e de responsabilidade pública, o que exige políticas consistentes e contínuas. No mesmo movimento teórico, Tanure (2018) aponta que o currículo é tecido nas relações cotidianas entre educadores e educandos, emergindo das experiências, valores e representações sociais que constituem o fazer docente.

Dos Santos Costa (2001, 2016) enfatiza que o currículo da EJA precisa dialogar com as culturas locais, reconhecendo os modos de vida e os saberes que circulam nos diferentes territórios e deve fazer um giro para trazer à tona as especificidades dos sujeitos. A autora destaca que a formação docente é dimensão essencial desse processo curricular, pois é nas práticas formativas que trazemos à tona as concepções sobre os sujeitos, sobre os conhecimentos e sobre as instituições e podemos desvelar as bases nas quais se ancoram as orientações curriculares e fazer os nexos de relações entre nosso pensar/fazer curricular e as posições normativas e institucionais.

A citada pesquisa parte do pressuposto de que a política curricular não é neutra nem meramente técnica, mas resulta de disputas e escolhas vinculadas a projetos de sociedade. Sacristán (2000) lembra que o currículo reflete relações de poder e finalidades sociais de cada tempo histórico, o que exige compreender a EJA para além de sua função compensatória. A EJA tem função reparadora, que é fundamental para assegurar os direitos à escolarização e deve promover a igualdade de oportunidade e garantir a educação ao largo da vida. Seja qual for sua função, não podemos perder de vista que as políticas curriculares para EJA devem situar as desigualdades estruturais vivenciadas pelos sujeitos, reconhecendo as diversas violações sofridas pelos mesmos historicamente e fomentar práticas pedagógicas críticas e transformadoras que asseguram a garantia do direito à educação.

Historicamente, a EJA no Brasil é marcada por avanços e retrocessos. A criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, em 2000, e sua inclusão no FUNDEB representaram avanços significativos. Contudo, a ausência de financiamento estável e a descontinuidade administrativa têm comprometido a consolidação da modalidade, especialmente nas redes municipais.

Ao analisar os documentos nacionais e locais acerca de políticas curriculares para EJA, no âmbito da rede municipal de ensino de Cairu, observa-se a existência de documentos orientadores, como a Proposta Pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos, o Plano Municipal de Educação e a Lei nº 418/2015, que regulamentam a organização do sistema educacional local. Entretanto, apesar de reconhecerem a importância da modalidade e reafirmarem o direito à educação ao longo da vida, tais documentos não apresentam um aprofundamento consistente no que se refere às orientações curriculares específicas para a EJA. Essa lacuna evidencia a necessidade de construção de uma política curricular própria, capaz de dialogar com as realidades socioculturais e territoriais do município, valorizando as trajetórias, os saberes e as demandas formativas dos sujeitos jovens e adultos.



Assim, também, nota-se que em Cairu os desafios assumem contornos particulares, uma vez que a dispersão territorial, as condições socioeconômicas e as especificidades culturais locais tornam a oferta da EJA mais complexa. Dados do Censo Escolar (INEP, 2024) indicam queda expressiva nas matrículas entre 2014 e 2024, o que evidencia o enfraquecimento da política e o afastamento de jovens e adultos do espaço escolar. Essa realidade demanda repensar o currículo a partir das vozes e experiências dos sujeitos da EJA, buscando integrá-lo à vida cotidiana, às atividades produtivas e às expressões culturais do território.

Os resultados parciais apontam que a ausência de uma política curricular municipal consolidada e a carência de formação continuada específica para os docentes contribuem para a desarticulação entre a prática pedagógica e as demandas dos estudantes. Indicam, assim, a necessidade de superar a concepção de currículo pautado meramente em modelos tradicionais e descontextualizados, que desconsideram a realidade socioeconômica dos educandos e as potencialidades dos territórios. A pesquisa, portanto, busca subsidiar a formulação de uma proposta curricular participativa para a EJA de Cairu, que valorize a cultura local, a pluralidade dos sujeitos e a formação docente como eixos centrais da política educacional.

Conclui-se que a construção de uma política curricular para a EJA em Cairu representa mais do que uma proposta normativa, trata-se de um processo coletivo de diálogo e reconhecimento dos sujeitos da EJA como protagonistas do currículo. Ao integrar as dimensões políticas, pedagógicas e culturais, a pesquisa reafirma a necessidade de uma educação que promova o direito ao conhecimento, à valorização da experiência e ao fortalecimento da cidadania.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da EJA no município, promovendo o diálogo entre gestão, professores e comunidade, subsidiando a formulação de políticas públicas curriculares mais democráticas e contextualizadas. A construção de uma política curricular participativa para a EJA em Cairu representa, portanto, um passo significativo para a consolidação de uma cultura educacional inclusiva, emancipadora e socialmente referenciada. Ao reconhecer a EJA como direito e como campo estratégico de formação cidadã, reafirma-se o compromisso ético e político com a superação das desigualdades históricas e com a efetivação da educação ao longo da vida como princípio fundamental da justiça social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Curriculares; Formação Docente; Educação Municipal; Direito à Educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens e adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BELUZO, L.; TONIOSSO, J. A história e os desafios da EJA no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, p. 193-210, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/1996. Brasília: MEC, 1996.



BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014–2024** – Lei nº 13.005/2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Publicado no Diário Oficial da União em 9 de abril de 2025, Seção 1, Página 16.

BRASIL. Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021- DOU, imprensa nacional. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CEB/3/2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. MEC: Brasília - DF, 2000. BRASIL.

DOS SANTOS, Graça. Currículo e Multiculturalismo: Reflexões Em Torno Da Formação Do(a) Professor(a). **Revista FAEEBA**, 2001.

DOS SANTOS COSTA, Graça & VENTURINO, Camila. Inovações curriculares no cenário atual: representações de professores sobre a inclusão do multiculturalismo no currículo. In G. dos S. Costa, N. L. Ramirez, & T. R. Dantas, (Orgs.), **Inovação e educação: formação docente e experiências criativas** (pp. 83-105). Editora Unijuí, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Educação de Jovens e Adultos: o campo e a história**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 74, p. 109–142, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Os princípios norteadores de políticas e decisões curriculares. In: MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. Campinas: Papirus, 2001.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOARES, L.; PEDROSO, S. Formação e profissionalização de educadores de jovens e adultos. In: **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

TANURE, Ana Célia Dantas. **Tecendo saberes e fazeres no currículo da Educação de Jovens e Adultos: um estudo sobre representações sociais de profissionais da educação de uma escola polo da cidade de Feira de Santana – Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.



ALFAEJA

IX Encontro Internacional de
Alfabetização e Educação
de Jovens e Adultos

EJA, Patrimônio e Saberes Locais



TANURE, A. C. D.; COSTA, G. dos S. Currículo e Formação na Educação de Jovens e Adultos: Tensões e Desafios. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 98–115, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/rieja/article/view/9428>. Acesso em: 20 out. 2025.